

Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão

Movimento por uma Escola Popular (MEP)

A constituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, através da Lei 11892/08, promoveu alterações significativas no ordenamento, ampliação e funcionamento das antigas Escolas Técnicas Federais. Entre essas alterações, houve uma ampliação considerável de novos *campi* em todo o país, com a constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), aumentando significativamente a oferta de cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes, além de cursos de Licenciaturas, Proeja profissionalizante e Cursos Superiores Tecnológicos.

Hoje, essa Rede compreende, além dos IF's, os Cefet's em Minas Gerais e Rio de Janeiro, a UTFPR e o Colégio Pedro II, somando um conjunto de unidades com um enorme potencial em geração de conhecimento científico e tecnológico, através do ensino, da pesquisa e da extensão em seus quase 700 *campi* espalhados por todo o país. Por um lado, a expansão, mesmo prevendo critérios mais rigorosos para sua consecução, acabou revelando a influência de interesses políticos e econômicos de segmentos conservadores locais, não conseguindo superar, em sua recente reformulação, as velhas disputas e dilemas que estão presentes na história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tais como: os ranços tecnicistas e produtivistas presentes nas pedagogias; e os modelos administrativos adotados em contraponto às perspectivas de educação unitária, politécnica e democrática. Por outro lado, esse processo de expansão e transformação das instituições públicas de EPT, nos últimos 12 anos, abriu um leque de desafios permanentes que intensificam as disputas de projetos de sociedade a partir dos sentidos da EPT.

Nesse sentido, há abertura para possibilidades de ação concreta para estreitar as relações com as comunidades locais e movimentos sociais sob uma perspectiva de ampliação do trabalho pedagógico, da reflexão curricular, dos projetos de ensino, pesquisa e extensão que estejam direcionados a identificar as contradições sociais locais mais gritantes, no sentido de superá-las ou, ao menos, construir mediações que possam se contrapor à sua reprodução e ao seu metabolismo social.

Alguns desses aspectos de disputas passam despercebidos entre muitos(as) educadores(as) comprometidos(as) com uma perspectiva crítica, emancipatória e contra-hegemônica, de luta pelo direito a uma educação pública, socialmente referenciada e democrática. Nós, do Movimento por uma Escola Popular (MEP),

atentamos para essas questões por entendermos que, mais do que uma educação pública, de qualidade e democrática, os sentidos dos saberes e conhecimentos desenvolvidos nas relações intrínsecas que devemos realizar com as comunidades locais deve primar exatamente pelo seu aspecto popular, ou seja, seu compromisso com as causas históricas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Consideramos ter como horizonte a perspectiva da educação politécnica em sua essência transformadora, crítica e capaz de dar sentidos à sociabilidade humana que estejam além do adestramento da lógica de saberes e competências para atender às demandas do mundo do trabalho, e que superem as limitações do senso comum mitigado pela alienação dos sujeitos históricos.

Um aspecto importante, presente neste processo contraditório da recente história de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e que representa uma dessas janelas de oportunidades que se abrem nesse contexto de crise sistêmica do modo de produção capitalista, está presente no artigo 6º, inciso IX, da lei 11892/08, quando se propõe: “(...) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.”.

A inclusão da proposta de produção, desenvolvimento e transferência de Tecnologias Sociais como um dos objetivos dos IF's nos possibilita travar um profícuo e necessário debate interno em nossas unidades de ensino, constituindo um polo de disputas necessário em torno do modelo de ensino e do conhecimento científico e tecnológico desenvolvido nas Instituições Públicas de Ensino Técnico e Tecnológico.

A teoria sobre as Tecnologias Sociais, apesar de sua polissemia conceitual, versa

sobre a construção dialógica com as comunidades no entorno das instituições de ensino a partir do compartilhamento de saberes e técnicas que possam utilizar os recursos naturais disponíveis para adaptar, transformar e superar determinadas situações ambientais e/ou sociais, impostas por condições socioeconômicas desfavoráveis e desiguais. Além disso, acentua a valorização da participação coletiva e cooperativa entre as pessoas em um processo de autogestão administrativa coordenado por valores éticos que se contraponham à lógica individualista/acumulativa que leve a qualquer tipo de segregação financeira e à exploração mercadológica. Essa teoria tem como uma de suas principais características a noção de que, em uma sociedade de classes, a ciência e a tecnologia, como resultados do desenvolvimento das forças produtivas e da cultura humana, estão sempre em constante disputa que marca, delinea e sedimenta esferas de poder político e

econômico e a sua consecutiva reprodução.

Dessa forma, para nós que construímos o MEP, o eixo para disputarmos os rumos

da ciência e da tecnologia na perspectiva da classe trabalhadora tem como uma das trincheiras fundamentais a defesa da principal conquista educacional da classe trabalhadora brasileira: o Ensino Médio Integrado. Experiência de ensino fruto da realidade brasileira de capitalismo tardio, dependente, com sua correlação de forças na luta de classes do último período histórico, se constituiu como uma mediação possível de

ensino ancorado, com todos os seus limites, em uma perspectiva politécnica, ou seja, é o chão escolar para que possamos desenvolver uma prática de pesquisa e extensão que objetive a construção de uma tecnologia popular.

O ensino médio integrado é resultado das lutas da classe trabalhadora perante a realidade socioeconômica brasileira, que arrancou do capital, mesmo que na lógica dos governos de conciliação de classe, uma perspectiva de ensino que busque a formação integral dos sujeitos pertencentes a essa classe, ainda que, obviamente, não seja na plenitude dos princípios da politecnia. Porém, busca, através da Rede Federal, a garantia da luta pela indissociabilidade entre a formação intelectual, física e tecnológica. Claro que não temos ilusões e sabemos dos limites impostos pela realidade brasileira; por isso, não podemos abandonar a denúncia e o combate a todas as atrocidades cometidas pela estrutura dual da educação brasileira contra a juventude trabalhadora.

O ensino médio integrado, do ponto de vista teórico e ético-político, com todo seu

potencial, nos permite concluir, levando em consideração as particularidades da realidade

socioeconômica brasileira, que é a materialização de uma proposta de ensino médio que mais se aproxima do embrião que possibilita as bases de uma escola popular para todos(as), fundamentada na concepção de formação humana integral, omnilateral ou politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Reconhecemos que o debate da profissionalização do ensino médio no Brasil é muito problemático, pois antecipar a profissionalização de jovens da classe trabalhadora para 13 e 14 anos de idade é o reflexo direto da imposição do atraso imposto pelo passado colonial e escravocrata. Por isso que a trincheira de defesa do ensino médio integrado ganha uma importância estratégica para mudar as condições em que ele se estabelece e, de certo, também não deixa de ser uma obrigação ética e política garantir a sua existência e ampliação com bases cada vez mais unitárias para o conjunto da juventude trabalhadora.

Desse modo, para nós do MEP, o ensino médio integrado ao ensino técnico, com uma estrutura unitária de formação geral, não só é condição necessária para o desenvolvimento de uma pesquisa e uma extensão populares, como também uma trincheira decisiva para construirmos um possível caminho para a construção do poder popular. Trincheira essa erguida para que possamos defender a formação integral das (os) jovens da classe trabalhadora, tendo como base o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente.

As disputas e contradições da luta de classes na realidade brasileira exigem de nós, para que avancemos na construção de uma concepção de escola popular, mediações e a compreensão histórica da dualidade estrutural educacional, pois ela não é fruto apenas da escola, mas da sociedade brasileira, com seu atraso e dependência impostos pelo desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. Por isso, sua dinâmica determina que a escola se organize dessa forma dual, na perspectiva de reproduzir o capital que opera e explora a valorização diferenciada do trabalho intelectual e do trabalho manual.

Logo, na nossa perspectiva, romper essa estrutura dual da escola brasileira não depende apenas da educação ou da mera mudança de sistema educacional, mas, fundamentalmente, de uma transformação radical das relações de produção e do sistema

sociometabólico do capital. Porém, para nós do MEP, isso não significa que devemos ficar esperando o acontecimento dessa transformação para que depois possamos construir

uma escola popular. Sabemos que é preciso atuar em meio às contradições do capitalismo, na perspectiva da construção do poder popular e do rompimento da dualidade educacional, o que certamente contribuirá decisivamente para a revolução brasileira.

Para tanto, como mediação tática objetiva nessa luta por uma Escola Popular, construímos a Rede Tecnológica de Extensão Popular (RETEP), que pretende ser um movimento articulado entre os Campi que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da unidade de ações coordenadas, envolvendo estudantes, técnico-administrativos e docentes e os núcleos e Grupos de Pesquisa e Extensão oriundos da Rede Federal. Partimos da perspectiva do aperfeiçoamento e/ou desenvolvimento de ações integradas entre as instituições públicas tecnológicas de ensino e as comunidades e populações mais carentes, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a tornar o conhecimento científico e tecnológico uma ferramenta com potencial de transformar a vida dessas comunidades, visando a superar o ciclo vicioso da dominação e alienação política, da

subserviência, da desigualdade e da miséria social determinados pelo modo de produção capitalista e perpetuados pelas suas relações sociais.

O modo de produção capitalista estimula a instrumentalização do saber e de todo o conjunto orgânico que estrutura o funcionamento escolar, de modo a favorecer os interesses privados do mercado, potencializando o acúmulo de capitais, a ampliação do poder econômico e político entre classes e a disseminação de teorias que pretendem justificar e reproduzir a nível da consciência a manutenção do *status quo*. A luta por uma sociedade emancipada e que supere as contradições que nos aproximam cada vez mais da barbárie passa pela disputa, consciente e consequente, de todas as potencialidades emergentes que o processo de desenvolvimento tecnológico e científico nos proporciona. Por isso, para nós do MEP, a construção da RETEP vem da compreensão prática que a articulação entre ensino, pesquisa e promoção de projetos de extensão popular não devem estar desassociados de uma prática pedagógica que possibilite a essas comunidades uma análise crítica sobre o contexto conjuntural no qual estão inseridos e as determinações sócio-históricas que alimentam as principais contradições vivenciadas.

São grandes os desafios para quem pretende colocar essa perspectiva em prática nos marcos da sociabilidade do capital, mas não são impossíveis. As contradições e a força hegemônica do metabolismo do capital exigem um esforço continuado que deve ser nosso fundamento praxiológico. Certamente é esse o debate que devemos travar e ter sempre como parâmetro em nossas diversas atividades.

O diálogo e o respeito em relação aos saberes populares, a troca de experiências, a valorização da parceria com os movimentos sociais, o estudo teórico da realidade brasileira e sobre o sentido da Tecnologia Social, a avaliação crítica das expertises desenvolvidas e o compromisso em potencializar os interesses históricos da classe trabalhadora.

Lutar, criar, Escola Popular!

Lutar, criar, Rede Tecnológica de Extensão Popular!